

POLARIZAÇÃO

Crime em Foz do Iguaçu alimenta guerra nas redes

Embate de narrativas questiona a influência de Bolsonaro na escalada das agressões

» LUANA PATRIOLINO
» INGRID SOARES

O assassinato do guarda municipal Marcelo Aloizio Arruda, em Foz do Iguaçu (PR), acirrou o clima de polarização na política brasileira. De um lado, partidos de oposição e críticos ao governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) sustentam que o chefe do Executivo incita a violência entre seus apoiadores. De outro, bolsonaristas dizem não compactuar com qualquer tipo de violência.

Em um dos episódios mais polêmicos da campanha à Presidência de 2018, Bolsonaro disse, no Acre, em cima de um carro de som, que iria “fuzilar a petralhada” e enviá-la para a Venezuela. Ele chegou a simular tiros de metralhadora com gestos e foi ovacionado pelos apoiadores. Agora, os aliados do presidente argumentam que não incentivam ataques de cunho político.

A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) usou as redes sociais para manifestar apoio ao presidente. “Quem defende sequestradores, ladrões de celular, réu por tentativa de homicídio de manifestante contrário a ele, coerção contra esposas e familiares de parlamentares é Lula!”, postou.

A deputada Bia Kicis (PL-DF) escreveu no Twitter que repudiava qualquer tipo de violência, e também criticou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). “Repudio todo tipo de violência política. Que se investigue e não fique impune o crime cometido em Foz do Iguaçu. Diferente do Lula, que agradeceu a um apoiador que quase matou um adversário político, o presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores abominam a agressão”, escreveu.

Sem diálogo

No sábado, o agente municipal Marcelo Aloizio Arruda foi morto a tiros pelo policial penal Jorge Guarani quando comemorava o próprio aniversário, de 50 anos, com uma festa temática do PT. O atirador invadiu a comemoração aos brados de “Aqui é Bolsonaro” e “Mito”. Depois, trocou tiros com o guarda municipal.

Marcos Correa/PR



A deputada bolsonarista Carla Zambelli rebateu qualquer vínculo do presidente com o crime de Foz do Iguaçu



Não foi a polarização que causou isso. Foram os frequentes discursos de ódio, o incitamento à violência e a intolerância de um chefe de Estado que diz que vai metralhar petista”

Rogério Carvalho (PT-SE), senador

A presidente do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), responsabilizou diretamente o presidente Jair Bolsonaro pela morte do petista e disse que não há possibilidade de diálogo com o chefe do Executivo.

O deputado federal Afonso Florence (PT-BA) disse que considera o ato como violência política. “Liga um sinal de alerta que as instituições têm que subir patamares de preocupação em defesa da democracia. Claro que assassino é assassino, vai responder penalmente por isso. Mas há falas incitadoras de ódio, de crime, de violência, rotineiras. É o presidente que diz ‘vamos metralhar a petralhada’”, disse ao **Correio**.

O senador Rogério Carvalho

(PT-SE) reforçou a preocupação. “Precisamos ser mais claros em relação à vida perdida de Marcelo Arruda. Não foi a polarização que causou isso. Foram os frequentes discursos de ódio, o incitamento à violência e a intolerância de um chefe de Estado que diz que vai metralhar petista”, postou ele em suas redes sociais.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes também se manifestou publicamente. “A intolerância, a violência e o ódio são inimigos da Democracia e do desenvolvimento do Brasil. O respeito à livre escolha de cada um dos mais de 150 milhões de eleitores é sagrado e deve ser defendido por todas as autoridades no âmbito dos Três Poderes”, declarou.

“Nada a ver com isso”

Perguntado sobre o crime e suas possíveis motivações, o presidente Jair Bolsonaro disse não ter nada a ver com o assassinato do petista Marcelo Arruda e reclamou de ver seu nome associado ao caso. “O que é que eu tenho a ver com esse episódio em Foz do Iguaçu? Nada”, declarou, ontem, em entrevista no Palácio do Planalto. Ao ser questionado se a polarização política contribuiu para episódios do tipo, Bolsonaro respondeu ser “contra qualquer ato de violência”. Para ele, “o histórico de violência não é do meu lado, é do lado de lá”.

O chefe do Executivo também tentou explicar um vídeo de 2018, no qual pegou o tripé de uma câmera de televisão para simular uma metralhadora em ação e disse que ria “fuzilar a petralhada”. O episódio voltou a circular nas redes sociais após o crime no Paraná. Bolsonaro se irritou quando perguntaram se falas como essa poderiam incitar pessoas a agirem de modo violento em meio ao período eleitoral.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Conceito de “inimigo objetivo” estimula a violência política

O marco de afirmação dos Direitos Humanos foi a Declaração de 1948, da Organização das Nações Unidas (ONU). Inspirada na declaração francesa de 1789 e na declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é fruto do trauma provocado pela Segunda Guerra Mundial, principalmente pelo genocídio nazista. “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito”, proclama o primeiro artigo da Declaração, que enumera em 30 pontos os direitos humanos, civis, econômicos, sociais e culturais inalienáveis e indivisíveis. O texto foi aprovado em Assembleia da ONU presidida pelo brasileiro Osvaldo Aranha.

A globalização desses direitos parte da ideia de que sua violação em qualquer lugar repercutiria nos demais. A Convenção da ONU de 1965 para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, de 1948, são exemplos desse entendimento. A origem dessa compreensão é a violência nazista. A “racionalidade” nazista no campo de concentração em Auschwitz, na Polônia, levou à discussão do tema do mal sob dois aspectos: o mal ativo, infligido pela violência prepotente e sem limites do poder, e o mal passivo, sofrido por aqueles que padecem uma pena sem culpa, no qual se enquadram os preconceitos de gênero e o racismo.

O genocídio foi o maior delito até agora perpetrado por homens contra outros homens. Entre o horror da guerra e o horror do genocídio existe uma diferença de natureza: a guerra pode conduzir ao extermínio, mas o seu fim é a vitória, não o extermínio. No genocídio organizado e premeditado, o extermínio foi o fim em si mesmo. Nas suas reflexões sobre o julgamento do criminoso nazista Adolf Eichmann, em Jerusalém, Hannah Arendt mostrou que o conceito de “inimigo objetivo” alimentou esse fim: “o ódio racional, o ódio voltado não contra esta ou aquela pessoa, mas contra um genus e, portanto, contra todos aqueles que pertencem àquele genus independentemente do fato de nos terem trazido algum dano”.

Segundo Arendt, “não existe uma culpa coletiva. A culpa coletiva, admitindo que seja lícito usar essa expressão, é sempre uma soma, grande ou pequena, de responsabilidades individuais”. Já a responsabilidade coletiva tem outra característica: é política e envolve uma preocupação que não é com o próprio ser, mas com o mundo. Chegamos ao ponto que nos interessa, no caso do petista assassinado na sua festa de aniversário por um bolsonarista. Aconteceu em Foz do Iguaçu (PR), mas poderia ser em qualquer outro lugar do país onde houvesse homens armados, mesmo que policiais, supostamente treinados para empregar o uso proporcional da força no exercício da segurança pública e em defesa dos direitos humanos.

Armas de fogo

O conceito de “inimigo objetivo” alimenta a violência política. A narrativa dos grupos de extrema-direita bolsonaristas, cujo ódio aos petistas é generalizado, não é contra uma pessoa, mas contra todos os adversários. Mesmo quem é um liberal que discorde do governo é tratado como inimigo nas redes sociais. A narrativa política do presidente Jair Bolsonaro disseminou o conceito entre seus apoiadores. O caso de Foz do Iguaçu é um evento gravíssimo, porque mostra a ultrapassagem de uma guerra virtual nas redes sociais para um contexto de confrontos físicos.

Isso já estava sendo observado em manifestações e comícios, porém era inimaginável numa festa de aniversário, que reunia familiares e amigos. A radicalização política de indivíduos armados, que estão se mobilizando para a luta política por meios truculentos, é um fato perturbador do processo eleitoral e uma ameaça ao Estado de Direito democrático. A Constituição de 1988 se fundamenta nos direitos humanos. O estímulo generalizado ao porte de armas e à justiça pelas próprias mãos, quando parte do Presidente da República, transforma a violência em política de Estado. A expressão material dessa política está no aumento vertiginoso de armas em poder da população.

Estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública registra 1.490.323 armas de fogo com cadastro no Sistema Nacional de Armas (Sinarm), um crescimento de 21% dos índices de 2021 em relação a 2020, que tinha 1.233.745 unidades. Desse total, 243.806 armas estão no Distrito Federal, que lidera como a unidade federativa com o maior número de registros. São Paulo registrou 50 mil armas de fogo a menos, com uma população 15 vezes maior. Em 2017, o DF tinha 35.693 armas particulares. O crescimento do número de registros de armas de fogo no DF foi de 583%. Nenhuma outra unidade federativa cresceu mais. Estamos falando da capital do país, não dos grotões.

O engajamento de indivíduos armados nas disputas políticas precisa ser desencorajado. Se essa iniciativa não parte do governo federal, como deveria, a sociedade deve reagir. Aliás, já está reagindo.

CONGRESSO

Sob risco, PEC das Bondades vai a voto

» TAINÁ ANDRADE
» VÍCTOR CORREIA

A Câmara dos Deputados pode aprovar, hoje, a PEC das Bondades, que cria benefícios em pleno período eleitoral, maior aposta do presidente Jair Bolsonaro para melhorar seu desempenho nas pesquisas de intenção de votos. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), em conjunto com a base governista, tem trabalhado para não repetir a frustração da quinta-feira passada, quando o projeto deixou de ir a voto por falta de quórum qualificado — 308 votos, no mínimo.

Na avaliação do deputado Marcelo Ramos (PSD-AM), apesar da tendência pela aprovação da matéria, um novo obstáculo poderá atrapalhar os planos do governo, que corre contra o tempo para viabilizar o pagamento dos benefícios o mais rapidamente possível: o impedimento dos repasses das emendas de relator (RP9), conhecidas como orçamento secreto. “Depois do dia 2 de julho, Arthur perdeu muito do poder dele, porque não pode mais chantagear os deputados com as RP9. Não pode mais acontecer o repasse voluntário pela União, é crime eleitoral com cassação da candidatura”, disse o parlamentar.

Segundo Ramos, também há

o risco de a oposição repetir a estratégia da semana passada e obstruir a votação. “Na quinta, corria o risco de não alcançar [o quórum], e acho que isso pode se repetir amanhã (hoje).”

Deputados aliados de Bolsonaro acreditam que o apelo social do texto — que concede aumento ao Auxílio Brasil, de R\$ 400 para R\$ 600, regulamenta o vale-gás e cria o voucher para caminhoneiros, o valor de R\$ 1 mil por mês — fará com que o Parlamento se mobilize para atingir o quórum desejado. “Não existe, neste momento tão difícil, a menor possibilidade de nenhum deputado votar contra. Aquele que votar contra, com certeza, pagará um alto preço pela sua postura de não querer ajudar o povo”, assegurou o deputado Coronel Tadeu (PL-SP).

LDO e vetos

A sessão conjunta do Congresso convocada para votar a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023 foi suspensa, ontem, por falta de acordo. Uma nova sessão foi marcada para a manhã de hoje. A LDO tramita paralelamente à PEC das Bondades, na Casa. Para facilitar a aprovação do texto, o relator do projeto, senador Marcos do Val (Podemos-ES), retirou

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados



Marcelo Ramos: oposição pode obstruir novamente votação da PEC

a obrigatoriedade da liberação, pelo Executivo, das emendas do chamado orçamento secreto, ou emendas de relator (RP9).

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), anunciou a retirada da impositividade pouco antes da sessão de ontem. Segundo ele, Marcos do Val tomou a decisão após reunião com líderes no Congresso. “O relator da LDO, senador Marcos do Val, que havia inserido essa impositividade das emendas de relator, optou, conversando com os líderes, por suprimir essa impositividade

e levar o seu parecer para apreciação do Plenário sem esse critério”, disse Pacheco.

Além da LDO, a sessão conjunta de hoje prevê a apreciação de vetos presidenciais, com destaque para os vetos de Bolsonaro à tipificação de crime de divulgação de fake news com finalidade eleitoral e ao marco legal das ferrovias, que a oposição se mobiliza para derrubar, como fez na semana passada com os vetos às leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, que criam benefícios para a classe artística.